

Estado de São Paulo



EDITAL DE LICITAÇÃO

(Exclusivo para ME e EPP)

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº: 003/2018

TIPO: Menor Preço por ITEM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 045/2018

UNIDADE REQUISITANTE: DIRETORIA GERAL - DIVISÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO

OBJETO: REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE COPA E COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL.

FUNDAMENTO: Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, Lei

Federal n 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal 8666/93 e demais alterações posteriores, Lei Federal 123/06 e demais alterações posteriores, Decreto nº 8538/15 e Lei Ordinária Municipal nº 2700 de 10/02/2006.

LOCAL: Plenário localizado no prédio da Câmara

Municipal de Santana de Parnaíba sito à Rua Porto Rico, nº 231 – Jardim São Luís – Santana

de Parnaíba – Estado de São Paulo.

INÍCIO: 11/07/2018

ENCERRAMENTO: 30 de agosto de 2018, às 09:00 horas



Estado de São Paulo



ÍNDICE

- 1- OBJETO;
- 2- IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO;
- 3- PARTICIPAÇÃO;
- 4- CREDENCIAMENTO;
- 5- FORMA DE APRESENTAÇÃO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);
- 6- CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA;
- 7- FORMA DE REAJUSTE DOS PREÇOS;
- 8- CONTEÚDO DO ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- 9- PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO;
- 10- RECURSO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO;
- 11- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO;
- 12- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO;
- 13- CONTRATAÇÃO;
- 14- SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO;
- 15- PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS;
- 16- REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME;
- 17- CRITÉRIO DA ALTERAÇÃO QUANTIDADE DO OBJETO;
- 18- DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS DO EDITAL:

- > ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA
- > ANEXO II MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
- > ANEXO III MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP
- > ANEXO IV DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO
- ANEXO V MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
- > ANEXO VI TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO



Estado de São Paulo



O Excelentíssimo Senhor Presidente, Vereador ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA, da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, doravante daqui por diante denominada simplesmente CÂMARA, no uso de suas atribuições legais, torna público a quem possa interessar, que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 003/2018 - PROCESSO nº 045/2018, do tipo menor preço POR ITEM, tendo por finalidade a seleção da escolha da melhor proposta para o OBJETO: REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE COPA E COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL, regida pela Lei Federal n 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Ordinária Municipal nº 2700 de 10/02/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, o Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, e a Lei Complementar n. 123, de 17 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, bem como das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação serão recebidos até às **09:00** (**nove**) horas do dia **30** (**trinta**) de agosto de **2018**, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, sito à Rua Porto Rico, nº 231 – Jardim São Luís – CEP 06502-355, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, para o Protocolo de Recepção e será apresentado na Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no Plenário da Câmara, na Rua Porto Rico, nº 231, Jardim São Luís, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, iniciando-se às 09:15 (nove horas e quinze minutos) do dia 30 (trinta) de agosto de 2018 e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial da Câmara com o auxílio da Equipe de Apoio.

No caso de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, aplicam-se a Lei Complementar nº 123/06 (e suas alterações).

O Pregoeiro Oficial da Câmara e a Equipe de Apoio reservam-se ao direito de não prestarem informações verbais sobre o referido Edital, dirimindo quaisquer dúvidas desde que suscitadas por escrito.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública de abertura de envelopes e/ou disputa de lances verbais no dia previsto, a reunião será adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido previamente.

Ambas as sessões serão conduzidas pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe através das Portarias nºs 02 de 05/01/2015 e 111 de 05/06/2018, onde serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos presentes.



Estado de São Paulo



1- OBJETO

REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE COPA E COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL.

TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018 - PROCESSO Nº 045/2018

REGISTRO DE PREÇO VISANDO FORNECIMENTO FUTURO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE COPA E COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM ENTREGAS PARCELADAS, CONFORME A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	U.F.	MARCA
01	ADOÇANTE LÍQUIDO, frasco de 200ml, aspecto físico líquido límpido transparente, ingredientes: água, sorbitol, edulcorantes: sacarina sódica e ciclamato de sódio e conservadores: ácido benzoato e metilparabeno. Validade mínima de 10 meses da data de entrega e registro no Ministério da Saúde.	120	UNIDADE	Informar a marca do produto
02	AÇÚCAR GRANULADO EM SACHÊ DE 5 GRAMAS, tipo cristal, branco, de primeira qualidade, origem vegetal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria prima terosa, parasitas e de detritos de animais e vegetais. Aplicação, adoçante, acondicionado em (CAIXA C/ 400 sachês).	30	CAIXA	Informar a marca do produto
03	ADOÇANTE, TIPO SACHÊ 0,8G, ingredientes: sacarina sódica, ciclamato de sódio e edulcorantes; prazo de validade mínimo 10 meses a contar do pedido, não conter glúten, acondicionado em (Cx c/100 saches com 0,8g cada).	30	CAIXA	Informar a marca do produto
04	AÇÚCAR, refinado especial, composição origem vegetal cana de açúcar, isento de impurezas purificado por processo tecnológico adequado; isento de fermentações de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais; embalagens de 1kg, em plástico atóxico, integra e limpa, com peso liquido, lote, data de fabricação, validade mínima de 10 meses, a contar da data de entrega, ter registro no Ministério da Saúde e as condições de fabricação deverão estar de acordo com as normas da ANVISA e CNNPA Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos e demais órgãos reguladores oficiais no que couber, aplicação adoçante, características adicionais alto grau de brancura e refinamento. (pacotes de 1Kg)	3800	QUILO	Informar a marca do produto
05	CAFÉ TRADICIONAL, tipo torrado e moído, embalado à vácuo, de 1ª qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, com selo de pureza e laudo de classificação de café da Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC, em pó em embalagem de 500 gramas, validade mínima de 9 meses da data da entrega, não conter glúten, combinação de grãos com ponto de torra que resulta na percepção de um café balanceado, sabor forte e aroma encorpado. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA. (pcte. de 500 gramas).	4000	UNIDADE	Informar a marca do produto
06	CAFÉ EM GRÃOS, para máquina de café expresso, no mínimo 85% arábico, no máximo 10% PVA, ponto de torra clara, ou média, mínimo de 6,1 pontos na escala de zero a dez da ABIC, embalado preferencialmente com válvula aromática e com selo de pureza ABIC, acondicionado em (PACOTE de 500 gramas).	30	PACOTE	Informar a marca do produto

EDITAL - PPRG_003/2018 - Processo Administrativo nº 045/2018

Página 4 de 30



Estado de São Paulo



07	CHÁ ALIMENTAÇÃO, tipo chá mate, uso alimentício, sabor natural, validade mínima de 10 meses da data da entrega, não conter glúten, acondicionado em caixa, contendo 250 gramas.	900	CAIXA	Informar a marca do produto
08	COPO DESCARTÁVEL, material plástico, transparente, capacidade 180 ml, produzido em obediência a norma ABNT NBR 14.865:2012, peso unitário 1,98 gramas, material atóxico, acondicionado em caixa, contendo 25 pacotes com 100 unidades cada total de (dois mil e quinhentos) copos.	200	CAIXA	Informar a marca do produto
09	COPO DESCARTÁVEL, material plástico, transparente, capacidade 50 ml, produzido em obediência a norma ABNT NBR 14.865:2012, peso unitário 0,75 gramas, material atóxico, acondicionado em Caixa, contendo 50 pacotes com 100 U cada totalizando 5.000 (cinco mil) copos.	70	CAIXA	Informar a marca do produto
10	COADOR DESCARTÁVEL DE CAFÉ, material papel, tamanho 103, acondicionado em caixa com 30 (trinta) unidades.	300	CAIXA	Informar a marca do produto
11	GUARDANAPO DE PAPEL, folha dupla, material 100% celulose, cor branca; Medidas aproximadas: 24cm de largura x 22cm de comprimento; Características adicionais: acondicionamento em pacotes contendo 50 folhas, macio e absorvente.	5200	PACOTE	Informar a marca do produto
12	GUARDANAPO DE PAPEL, folha dupla, material 100% celulose, cor branca; Medidas aproximadas: 33cm de largura x 32cm de comprimento; Características adicionais: acondicionamento em pacotes contendo 50 folhas, macio e absorvente.	1800	PACOTE	Informar a marca do produto
13	FÓSFORO PALITO EXTRA LONGO, aproximadamente 9,5cm, acondicionado em caixa com 50 unidades	250	CAIXA	Informar a marca do produto
14	FILME EMBALAGEM, material PVC (cloreto de polivinila), tipo filme "esticável", largura 28 cm, comprimento 100 m, transmitância transparente, acondicionamento em rolo.	144	UNIDADE	Informar a marca do produto
15	LEITE UHT/UAT 1 LITRO, integral, teor de matéria gorda mínimo de 3%, embalagem estéril e hermeticamente fechada, caixa cartonada aluminizada, acondicionada em caixa de papelão reforçado, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 370/97 (MAPA),RDC 12/01, RDC 259/02, rdc 360/03 e suas alterações posteriores, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. adm. determinados pelo MAPA e ANVISA com validade na data de fabricação de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega, aspecto físico líquido acondicionado em caixas com 12 (doze) unidades contendo 1 litro cada.	3360	LITRO	Informar a marca do produto
16	VINAGRE 750ML - fermentado acético de álcool, água, suco concentrado de limão, aroma natural de limão, conservante ins 224 e emulsão neutra, acidez 4%.	72	UNIDADE	Informar a marca do produto
17	MARGARINA 500 gramas - composição: óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite em pó desnatado reconstituído, 15.000 u.i de vitamina "a" por kg, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos (ins 471) e lecitina de soja (ins 322), conservadores: sorbato de potássio (ins 202) e benzoato de sódio (ins 211), acidulante ácido cítrico (ins 330), antioxidantes: bht (ins 321), tbhq (ins 319) e edta (ins 385), aroma idêntico ao natural de manteiga,	720	UNIDADE	Informar a marca do produto

EDITAL - PPRG_003/2018 - Processo Administrativo nº 045/2018

Página **5** de **30**



Estado de São Paulo



	corantes naturais: de urucum (ins 160b) e cúrcuma (ins 100) e corante betacaroteno sintético idêntico ao natural (ins 160ai)			
18	MEXEDOR DE BEBIDAS, para café e drink, aproximadamente 11cm de comprimento, acondicionado em pacote com 500 unidades.	50	PACOTE	Informar a marca do produto
19	ÁGUA DE COCO CONCENTRADA RECONSTITUÍDA, sacarose (menos de 1% para padronização do produto) e conservador INS 223, apresentação em caixa confeccionada em papelão padrão Tetra-Pak ou similar, de 01 litro, com lacre e tampa de material plástico ou similar, atóxico, com validade na data de fabricacao de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega. (embalagem contendo 1 litro).	1044	UNIDADE	Informar a marca do produto
20	SUCO, apresentação em caixa confeccionada em papelão padrão Tetra-Pak ou similar, de 01 litro, com lacre e tampa de material plástico ou similar, atóxico, sabor manga, tipo concentrado, características adicionais água, açúcar, acidulante ácido cítrico, antioxidante, com validade na data de fabricacao de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega.(embalagem contendo 1 litro).	1044	UNIDADE	Informar a marca do produto
21	SUCO, apresentação em caixa confeccionada em papelão padrão Tetra-Pak ou similar, de 01 litro, com lacre e tampa de material plástico ou similar, atóxico, sabor uva, tipo concentrado, características adicionais água, açúcar, acidulante ácido cítrico, antioxidante, antioxidante, com validade na data de fabricação de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega (embalagem contendo 1 litro).	1044	UNIDADE	Informar a marca do produto
22	SUCO, apresentação em caixa confeccionada em papelão padrão Tetra-Pak ou similar, de 01 litro, com lacre e tampa de material plástico ou similar, atóxico, sabor pêssego, tipo concentrado, características adicionais água, açúcar, acidulante ácido cítrico, antioxidante, com validade na data de fabricação de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega.(embalagem contendo 1 litro).	1044	UNIDADE	Informar a marca do produto
23	SUCO, apresentação em caixa confeccionada em papelão padrão Tetra-Pak ou similar, de 01 litro, com lacre e tampa de material plástico ou similar, atóxico, sabor tangerina, tipo concentrado, características adicionais água, açúcar, acidulante ácido cítrico, antioxidante, com validade na data de fabricação de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega.(embalagem contendo 1 litro).	1044	UNIDADE	Informar a marca do produto
24	SUCO, apresentação em caixa confeccionada em papelão padrão Tetra-Pak ou similar, de 01 litro, com lacre e tampa de material plástico ou similar, atóxico, sabor laranja tipo concentrado, características adicionais água, açúcar, acidulante ácido cítrico, antioxidante, com validade na data de fabricação de 120 dias e validade mínima de 90 dias na data da entrega.(embalagem contendo 1 litro).	1044	UNIDADE	Informar a marca do produto
25	PALITO, material madeira, sachê, formato roliço, comprimento aproximado de 6cm, aplicação higiene dental, acondicionamento em Pacotes com 20 caixas contendo 100 Unidades cada.	15	PACOTE	Informar a marca do produto





Estado de São Paulo



DISPOSIÇÕES GERAIS DO ANEXO I:

- <u>I) Forma de pagamento:</u> é de até **30 (trinta)** dias após o encaminhamento da nota fiscal/fatura à Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP, na forma prevista no item 12.2 do edital.
- II) A Contratada assume a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos cotados;
- **III)** A Contratada é ciente do prazo máximo de entrega de <u>05 (cinco) dias corridos</u>, contados do recebimento da Ordem de fornecimento emitida pela Divisão de Suporte Administrativo da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP;
- **IV)** A Contratada declara que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação. Declaramos ainda que a participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão aos termos deste Edital.
- V) Os produtos aqui ofertados deverão apresentar uma validade mínima constante no Anexo I Termo de Referência, respectivamente a cada item, a contar da data de entrega à Câmara Municipal de Santana de Parnaíba/SP.

NOTA IMPORTANTE: — Estamos cientes que a Câmara, conforme disposto nos **itens 9.21** e **9.21.1** do edital, poderá solicitar amostras dos produtos que deverão ser apresentados em até 5 (cinco) dias, a contar da data da solicitação, para avaliação.

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- a) O prazo de entrega deverá ser criteriosamente cumprido, ficando a empresa adjudicatária do material/gênero alimentício intimada a apresentar formalmente aos cuidados da Divisão de Suporte Administrativo da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP, documento que justifique possíveis atrasos ou impossibilidade na entrega do material/gênero alimentício, sob pena de encaminhamento de Notificação Extrajudicial e abertura de processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis;
- **b)** As quantidades solicitadas na "Requisição de Entrega", ou outra forma designada pela Câmara (Ordem de Serviço, Ordem de Fornecimento), deverão ser efetivamente atendidas, podendo o responsável da Divisão de Suporte Administrativo, recusar-se a receber o material/gênero alimentício, ou após, caso constate irregularidades, disponibilizá-los para devolução, não cabendo à empresa adjudicatária quaisquer restituições de prejuízos;
- c) Não será aceita troca do fabricante do material/gênero alimentício registrado em Ata, salvo justificativa fundamentada, comprovada e formalizada pela empresa adjudicatária à Câmara Municipal de Santana de Parnaíba/SP, cabendo ao Órgão Gerenciador decidir sobre a aceitabilidade da mesma;



Estado de São Paulo



2- IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 2.1- Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório da Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, devendo protocolar o pedido na Divisão de Protocolo e Gestão Documental da Câmara, não sendo admitidas impugnações apresentadas via FAX.
- **2.1.1-** A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- **2.1.2-** Acolhida à petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 2.1.3- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, a Proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão publica do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **2.1.4-** A impugnação feita tempestivamente pela Proponente não o impedirá de participar do processo licitatório.

3- PARTICIPAÇÃO:

- 3.1- Somente poderão participar MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (exclusividade, em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar no 123/2006, e alterações) do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem os requisitos e condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 3.2- Empresas que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, conforme previsão no Art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e nas respectivas entidades da administração indireta, ou que tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.
- **3.3-** Empresas não reunidas em consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiadas entre si:
- 3.4- Empresas que não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que não estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- **3.5-** Empresa da qual não seja servidor sócio, dirigente ou responsável técnico de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Santana de Parnaíba.



Estado de São Paulo



3.6 - Poderão participar da licitação as empresas devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba, ou nas Prefeituras dos demais municípios brasileiros ou mesmo em órgãos e empresas públicas municipais, estatais ou federais, com apresentação do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, que deverá estar contido no envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em plena validade, e que atenderem às exigências deste Edital;

4 - CREDENCIAMENTO

- **4.1-** Para o credenciamento deverão ser <u>apresentados fora dos envelopes n. 1 e 2</u> os seguintes documentos:
 - a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Cópias autenticadas.
 - b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga. Cópia autenticada.
- **4.2-** O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.





Estado de São Paulo



MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO - ANEXO II

"DECLARAÇÃO"		
BLOLANAGAO		(())
À		ζ 🥥
7		
	00	$\mathcal{U}_{\mathcal{D}} \vee \mathcal{U}_{\mathcal{C}}$
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA	– SP	
At. Comissão Permanente de Licitações		(()) *
Ref:- Pregão Presencial Registro de Preço n. 003/2	018	(()) ~
		~ \\\\ <u></u>
Pelo presente, designamos o Senhor (a)		para nosso representante credenciado a responder por esta
		classificação, lances de preços, habilitação e interposição de recursos,
relativamente à documentação de habilitação e às pro	postas apresentadas para fins de participação	na licitação em referencia.
	Por ser verdade assina a presente.	
	de de 2018.	
=		
	Razão Social da Empresa	
	Nome do responsável/procurador	
	Nome do responsave/procurador	
	Course de reconencé val/oue como de m	(com firma reconhecida)
	Cargo do responsável/procurador	(com mina reconnectua)
	N. do documento de identidade	
	14. do documento de identidade	

- **4.3-** Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **4.4-** A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, **salvo autorização expressa do Pregoeiro**.
- 4.5- O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta de apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta



Estado de São Paulo



escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço por **ITEM**.

- 5- FORMA DE APRESENTAÇÃO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).
- 5.1- Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar Nº 123/06 de acordo com o estabelecido no modelo abaixo, expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da empresa, nos termos da Instrução Normativa Nº 10 e de seus anexos, de 05/12/2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI, que deverá ser apresentada fora dos Envelopes n. 1 (Proposta) e n. 2 (Habilitação).

MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP - ANEXO III

"DECLARAÇÃO"		
À		
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍ	BA – SP	
		MODELO
At. Comissão Permanente de Licitações		
The Commission Commission to Elonayout		
REF:- PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PR	EÇOS N. 003 /2018	
neste ato representada pelo seu (representante/sóc		pelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n, jições legais, vem:
	DECLARAR, para fins de participac	ção no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que é microempresa ou
	dramento previsto na Lei Complemen	ntar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, egão Presencial Registro de Preços n. 003/2018, realizado pela Câmara Municipal
F	Por ser verdade assina a presente.	
	de	de 2018.
		4 1 N A V
	Razão Social da Empresa	
		44
	Nome do responsável/procurador	
	Cargo do responsável/procurador	
	N. do documento de identidade	

EDITAL - PPRG_003/2018 - Processo Administrativo nº 045/2018

Página **11** de **30**



Estado de São Paulo



5.2- A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA COMERCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2018 PROCESSO nº 045/2018

(razão ou denominação social e endereço do licitante)

ENVELOPE N. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2018 PROCESSO nº 045/2018

(razão ou denominação social e endereço do licitante)

- 5.3- A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa papel A4, redigida na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, em via única, digitado através de meio eletrônico, impresso, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se, nesta última hipótese, a procuração.
- **5.4-** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentado em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 5.5- Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- **5.6-** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas magnéticas ou filmes.
- 5.7- O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ indicado na Proposta de Preços deverá ser o mesmo da Habilitação, efetivamente o da empresa que vai fornecer o objeto da presente licitação.
- 5.8- Após a apresentação da Proposta de Preços, não mais caberá desistência do valor proposto ou dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sujeitando-se a Proponente às sanções legais.



Estado de São Paulo



6 - CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- **6.1 -** A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) nome e endereço da proponente;
- b) número do Pregão Presencial;
- c) descrição do objeto da presente licitação em conformidade com o Anexo I do Edital;
- **d) preço unitário**, expressos em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- e) Declaração de que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, foram apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustível, transportes ou fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

f) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

- **6.2-** A proposta deverá obedecer a mesma numeração e especificação do objeto licitado constante no anexo I deste edital.
- **6.3-** A participação na licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão da Proponente às condições deste edital.
- **6.4-** Não serão admitidas alegações posteriores, que visem o ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pela proponente sobre preços cotados, necessários para a entrega do objeto da presente licitação, no local indicado pela Câmara.
- **6.5-** É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado pela contratada a outra empresa.
- **6.6-** Não será aceito Proposta de Preços via fax.
- **6.7-** Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, por omissão, irregularidade, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



Estado de São Paulo



7 - FORMAS DE REAJUSTE DOS PREÇOS

7.1- O preço não poderá sofrer reajuste, salvo em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

8- CONTEÚDO DO ENVELOPE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1- O Envelope "Documentos de Habilitação", devidamente lacrado, deverá conter os documentos na **ordem sequencial**, a seguir relacionado:

8.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais:
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- **d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) <u>Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas</u> do Ministério da Fazenda (CNPJ):

8.1.2- HABILITAÇAO FISCAL E TRABALHISTA

- a) <u>Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União</u>, expedida pelo Ministério da Fazenda Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Secretaria da Receita Federal ou positiva com efeitos de negativa;
- b) <u>Certidão Negativa de Dívida de Débitos de Tributos Estaduais</u>, expedido pela Receita Estadual, do domicílio ou sede da Proponente ou positiva com efeitos de negativa;
- c) <u>Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (mobiliária),</u> do domicílio ou sede da Proponente ou positiva com efeitos de negativa;
- <u>d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço</u> CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal Lei 8.036/90, devidamente atualizado;
- e) <u>Certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT)</u>, expedida pela Justiça do Trabalho, atualizada (lei 12.440/2011), ou positiva com efeitos de negativa.



Estado de São Paulo



- <u>f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal</u>, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame:
- g) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo IV;

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO - ANEXO IV

DECLARAÇÃO						
À						
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA - SP						
At. Comissão Permanente de Licitações						
Ref:- PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2018 -PROCESSO nº 045/2018						
(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:						
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.						
RESSALVA, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().						
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).						
Por ser verdade assina a presente.						
1 of the following a properties						
de de 2018.						
Razão Social da Empresa						
Nome do responsável/procurador						
Cargo do responsável/procurador						
Nº do documento de identidade						



Estado de São Paulo



8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, conforme Art. 3º do Decreto nº 8538/15.

8.1.4- QUANTO A CAPACIDADE TÉCNICA

- a) Atestado(s) de capacidade técnica (no mínimo um) em nome do licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho atestando ter ou estar prestando serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos referentes ao objeto da presente licitação, na razão de 50% (cinquenta por cento), e que seja redigidos de forma clara e de fácil interpretação, para que sirvam de comprovação de capacidade técnica.
- a.1) O(s) atestado(s) deverá(ão) respeitar os quantitativos mínimos exigidos para os itens acima descritos, sendo admitida a somatória de quantidades;
- **8.2-** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 8.2.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) a contar do momento em que a empresa for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- **8.2.2-** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2.1, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n. 10.520/02.
- **8.3-** É facultada às licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, item 8.1.1, pelo comprovante de Certificado de Registro Cadastral (CRC) para participar de licitações conforme disposto no item 3.6, desde que no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, e contenha as informações necessárias o suficiente para comprovação da validade dos documentos substituídos.
- **8.4-** O registro cadastral não substitui o documento de credenciamento do participante, previsto no item 3 deste edital, que deverá ser apresentado por todos os licitantes.



Estado de São Paulo



8.5- DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **8.5.1-** Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;
- **8.5.2-** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;
- 8.5.3- Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;
- **8.5.4-** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **8.5.5-** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio poderá diligenciar efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

9- PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **9.1-** No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com **duração mínima de 30 (trinta) minutos**.
- 9.2- Após os respectivos credenciamentos e, quando couber, das respectivas declarações de ME e EPP, o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, realizará a coleta dos vistos nos fechos dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação previamente protocolados no Setor de Protocolos da Câmara.
- **9.3-** Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- **9.4-** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
 - **9.4.1-** No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às



Estado de São Paulo



correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

- **9.4.2-** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **9.5-** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
 - a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
 - **b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 9.6- O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **9.7-** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 9.8- Poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- **9.9-** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, podendo o Pregoeiro estabelecer que os lances sejam efetuados com até dois dígitos no campo dos centavos.
- **9.10-** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- **9.11-** Após a fase de lances serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no subitem 9.5 "a", e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.
- **9.12-** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- **9.13-** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **9.14-** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



Estado de São Paulo



- **9.15-** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope n. 2 contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 9.16- Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, ficando esta restrita somente a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 9.17- A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.18- A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- **9.19-** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será **habilitada** e **declarada vencedora** do **certame**.
- 9.20- Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 9.21- O Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostras de forma parcial ou de todos os itens que se sagrar(em) vencedor(es), que deverá(ão) ser apresentada(as) no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da solicitação, junto à Divisão de Suporte Administrativo da Câmara, localizada à Rua Porto Rico, nº 231 Jardim São Luís Santana de Parnaíba/SP, para conferência do(s) produto(s) com as especificações solicitadas no Termo de Referência;
 - **9.21.1** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10 - RECURSOS, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1- Eventual impugnação deverá ser dirigida à Comissão Permanente de Licitações e para tanto deverá ser protocolada na Divisão de Protocolo e Gestão Documental da Câmara;



Estado de São Paulo



- **10.1.1**-Admite-se impugnação por intermédio de "fac-símile" ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de **48 horas**;
- **10.1.2**-Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.
- 10.2- A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.
- 10.3- Declarado o vencedor pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos nos termos do Artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/02;
- 10.4- A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;
- **10.5-** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;
- 10.6- Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;
- **10.7-** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- **10.8-** Os recursos devem ser protocolados na Divisão de Protocolo e Gestão Documental da Câmara, localizado à Rua Porto Rico, nº 231 Jardim São Luís Santana de Parnaíba/SP.
- **10.9-** A adjudicação será feita por **ITEM**.

11 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- **11.1-** Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria prestação de serviços.
- 11.2- O objeto deverá ser entregue no endereço da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba: Rua Porto Rico, 231 - Jardim São Luis - Santana de Parnaíba-SP - CEP 06502-355.



Estado de São Paulo



- **11.3-** Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba poderá:
- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 11.4- Fica a empresa vencedora, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa RFB Nº 1234, de 11/01/2012 (e alterações posteriores). A Declaração deverá ser emitida em duas vias, assinadas pelo Representante Legal da empresa, a ser apresentada no ato da entrega do material/gênero alimentício, juntamente com a Nota Fiscal, esclarecendo esta Câmara Municipal que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido às empresas do valor referente ao encargo previsto na Lei nº 9.430, de 27/12/96. O Termo de Opção pelo Simples será consultado pelo Departamento Financeiro da Câmara, no ato da liberação do Pagamento da Nota Fiscal.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 12.1. As despesas serão atendidas com recursos decorrentes das dotações orçamentárias vigente no exercício de 2018, conforme **Dotação Orçamentária** Codificação: 01.02.00-3.3.90.30-01.031.003.2003 Denominação: Material de Consumo.
- 12.2- Os pagamentos serão realizados após a entrega do objeto e após o recebimento das notas fiscais/faturas pela Divisão de Suporte Administrativo, com o pagamento até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e gêneros alimentícios constantes no Item 01 Objeto.
- **12.3-** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à Contratada para correção, e o prazo de pagamento recontado após apresentação da Nota Fiscal/Fatura válida.
- 12.3.1- A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal os comprovantes de regularidade de débito perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) <u>ou equivalente</u> emitido pela Receita Federal do Brasil, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, sendo que as certidões aqui mencionadas de negativa de débitos também serão aceitos se positiva com efeitos de negativa.
- **12.3.2-** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à Contratada para correção, e o prazo de pagamento recontado após apresentação da Nota Fiscal/Fatura válida.



Estado de São Paulo



13 - CONTRATAÇÃO

13.1- A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, cuja respectiva minuta constitui **modelo**, do presente ato convocatório disposto no Anexo V abaixo:

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº xxx /2018

<u>PREGAO PRESENCIAL</u>	REGISTRO DE PREÇOS	5 nº 003/201	<u>.8-PROCESSO n</u>	<u>° 045/</u>	<u> /2018</u>

de PREGÃO Federal n. 8.6 2700 de 10/ obrigacional o n, Carteira de Io	PRESENCIAL n. (566/93, e alteraçõo 02/2006, que, co entre o ÓRGÃO GE , em/SP, i	e do ano de, autoriz 003/2018, foi expedida a presente es posteriores, bem como da Lei Fe njuntamente com as condições a ERENCIADOR e o FORNECEDOR DE nscrita no CNPJ n, neste at, e do CPF n CLÁUSULA PRIMEIRA: DO	e Ata de Registro de ederal 10.520/02, da seguir estipuladas, TENTOR DA ATA: to representada pelo	Preços, nos termo Lei Ordinária Mun regem o relacion , com sede	s da Lei icipal n. amento na Rua
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VÅLOR	
	ESTIMADA			ÚNITÁRIO	
	•••			•••	

- 1.2. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual fornecimento futuro, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FORNECIMENTO FUTURO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE COPA E COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP, COM ENTREGAS PARCELADAS, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO PRESENTE EDITAL, conforme descrição, marca/procedência e preços unitários relacionados na Cláusula Primeira (Objeto) desta Ata.
- **1.3.** A existência de preços registrados **não obriga** a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS RESPONSABILIDADES

2.1. O FORNECEDOR DETENTOR DA ATA compromete-se a manter, durante toda a vigência da presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. Sempre que julgar necessário, a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba - SP solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante requisição de entrega.



Estado de São Paulo



- **3.1.1.** A requisição de entrega será enviada via e-mail, ou por fax ao fornecedor, que será comunicado em seguida por telefone ou outra forma eficaz de comunicação sobre a remessa da requisição que, por sua vez, deverá confirmar o recebimento imediatamente, ou a seu critério poderá retirar pessoalmente ou por intermédio de seu representante legal devidamente identificado a requisição de entrega junto à Divisão de Suporte Administrativo da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP sito à Rua Porto Rico, nº 231 Jardim São Luís, Santana de Parnaíba /SP, devendo entregar o objeto requisitado **no prazo de até 30(trinta) dias**, contados a partir do recebimento da requisição conforme disposto nas disposições gerais do Anexo I, no inciso III .
- **3.1.2**. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da requisição de entrega poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, 02 (dois) dias quando solicitado pela empresa adjudicatária durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP.
- **3.1.3.** A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Requisição de Entrega no prazo previsto, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, conforme item 14 do edital.
- **3.2**. A entrega dos materiais/alimentos deverá ser realizada nos locais indicados na Requisição de Entrega, emitidos pela Divisão de Suporte Administrativo da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP, devidamente acompanhada das notas fiscais ou notas fiscais/faturas correspondentes, no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas.
- **3.3.** A empresa adjudicatária responsabilizar-se-á pela qualidade, estado e conservação do(s) materiais licitado(s) e entregue(s), especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

- **4.1.** O recebimento definitivo ocorrerá em até **30 (trinta) dias**, contados a partir da entrega dos materiais, acompanhados da respectiva nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Divisão de Suporte Administrativo da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP.
 - **4.1.1**. No texto da nota fiscal/fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto do(s) lote(s) do qual se sagrou vencedor na licitação, as marcas dos materiais/gêneros alimentícios, os valores unitários e totais e a descrição a seguir: PREÇÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) nº 003/2018 PROCESSO nº 045/2018
- **4.1.2**-Havendo erro na nota fiscal/fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias.
- **4.2** O pagamento será efetuado em**_até 30 (trinta)** dias após o encaminhamento da nota fiscal/fatura à Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP, na forma prevista no item 12.2 do edital.
- **4.2.1.** O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado desde que a empresa adjudicatária efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

5.1- Ficam integrados a esta Ata de Registro, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento do FORNECEDOR DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: edital de licitação na modalidade <u>PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2018 - PROCESSO nº 045/2018</u> e seus anexos, proposta da proponente vencedora, atas da sessão de credenciamento e processamento do pregão, despacho do Pregoeiro, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.

EDITAL - PPRG 003/2018 - Processo Administrativo nº 045/2018

Página 23 de 30



Estado de São Paulo



5.2- Será incorporada a esta Ata, mediante alterações, qualquer modificação que venha a ser necessária e	durante
a sua vigência, nos termos expressamente previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.	

5.3-	Conforme disposto no art.	15, §	§ 2º da Lei 8	8.666/93,	os preços	registrados	serão	publicados	trimestral	mente
para	orientação da Administraç	ão, n	a imprensa	oficial do	município					

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1. A presente Ata vigorara por 01(um) ano a partir da data de sua assina	6.1.	6	.1	.1.	A preser	i te Ata v i	igorara	por 01	(um)	ano a	partir	da	data	de	sua	assinatu	ıra.
--	------	---	----	-----	----------	---------------------	---------	--------	------	-------	--------	----	------	----	-----	----------	------

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Santana de Parnaíba-SP, de de 2018

ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

	CONTRATANTE		FORNECEDOR
Testemunh	nas		
1		RG _	



RG



Estado de São Paulo



- 13.2- Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 13.3- Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 13.2 deste item 13, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- **13.4-** A adjudicatária deverá, no prazo de **2 (dois) dias** úteis contados da data da convocação, comparecer na Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP para **assinar a Ata do registro de preços.**
- 13.5- Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 13.2 deste item 13, ou se recusar a assinar a Ata de registro de preços, caracterizada a desistência, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.
- **13.6-** Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a **08 (oito) dias úteis**, contados da divulgação do aviso.
- **13.7-** A divulgação do aviso ocorrerá por publicação na imprensa oficial estadual, em jornal regional, estadual e veiculação na Internet (www.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br).
- **13.8-** Ficará a presente ata rescindida, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 78 da Lei 8.666/93.

14 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- **14.1-** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Santana de Parnaíba, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- "Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais".



Estado de São Paulo



14.2- A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com multa de quantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta adjudicada, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

15 - PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

15.1- Os produtos deverão apresentar uma validade mínima constante no Anexo I respectiva a cada item a contar da data de entrega à Câmara Municipal de Santana de Parnaíba/SP.

16 - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

- 16.1- O Licitador, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá anular ou revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.
- **16.2-** A anulação ou revogação do procedimento licitatório abrange à do instrumento contratual.
- **16.3-** A Proponente não terá direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

17 - CRITÉRIO DA ALTERAÇÃO QUANTIDADE DO OBJETO

17.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- **18.1-** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **18.2-** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- **18.3-** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.



Estado de São Paulo



- **18.4-** A sessão poderá ser suspensa por prazo a ser definido nela própria, para análise prévia e/ou sanar as diligências que se fizerem necessárias.
- **18.5-** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 18.6- O resultado do presente certame será divulgado em jornal estadual, regional, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E), e no site da Câmara.
- **18.7-** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na Câmara Municipal de Santana de Parnaíba SP, após a celebração **da Ata.**
- **18.8-** Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital.
- **18.9-** Acolhida a petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 18.10- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- **18.11-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA - SP

Em, 16 de agosto de 2018

ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

EDITAL - PPRG 003/2018 - Processo Administrativo nº 045/2018

Página 27 de 30



Estado de São Paulo



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – ANEXO VI

(o presente termo será emitido no ato da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS junto a(os) licitante(s) vencedor(es) do certame)

CONTRATANTE:	
CONTRATADO:	
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):	
,	
OBJETO:	
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)	

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço residencial ou eletrônico ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.





Estado de São Paulo

LOCAL e DATA:	
GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:	
Nome:	
Cargo:	
CPF: RG:	
Data de Nascimento:/	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
Telefone(s):	
Assinatura:	
Responsáveis que assinaram o ajuste:	
Pelo CONTRATANTE:	
Nome:	
Cargo:	
CPF: RG:	
Data de Nascimento://	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	1
E-mail pessoal:	90
Telefone(s):	
Assinatura:	







Pela	CONTR	RATADA:
------	-------	---------

Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Data de Nascimento://	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional	
E-mail pessoal:	
Telefone(s):	
Assinatura:	

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

